

Intervenção inicial da vereadora Ana Bastos, na Reunião de Câmara de 19 de agosto de 2019

Metro

Tal como informado pelo Sr. Presidente, no passado mês de julho tomou posse o novo conselho de administração da Metro Mondego.

O SC expressa aqui um cumprimento especial aos elementos que cessaram funções pelo trabalho desenvolvido, em circunstâncias nem sempre favoráveis e deixamos um voto de confiança ao novo conselho de administração, para que, em parceria com o Governo e as 3 autarquias envolvidas, consigam transformar este malgrado projecto num exemplo de sucesso e de referência a nível nacional e europeia.

O SC reconhece no Eng^o João Marrana competências técnicas e académicas e uma experiência profissional para poder fazer a diferença, pelo que desafiamos aqui esta Câmara Municipal a trabalhar diretamente com a Metro Mondego e, em total cooperação, exigirem ao Governo um projecto que responda às necessidades dos cidadãos de Coimbra. Ainda vamos a tempo de corrigir as maiores debilidades, como servir o Polo I, reintroduzir o túnel de Celas e exigir via dedicada e prioridade absoluta do MetroBus em todo o percurso. Coimbra merece e compete a esta Câmara impor essas exigências ao Governo, não pactuando com soluções minimalistas e insuficientes.

Trotinetas/Ciclovias

Tal como referido pelo Sr. Vereador Francisco Queirós, veio a publico recentemente a retirada das trotinetas da Lime em Coimbra. Apesar das avaliações apresentadas periodicamente por esta CM apontarem para um êxito em termos de procura, não havendo inclusive registo público de problemas graves de segurança, esta interrupção do serviço por parte da Lime, ao fim de 6 meses, denuncia afinal a existência de problemas inultrapassáveis. O que falhou nesta cooperação entre a Lime e o município de Coimbra? A que se deve esta interrupção do serviço?

Sendo o SC defensor da multimodalidade, onde se inclui a micromobilidade, importa preparar previamente a cidade para a receber, criando uma infraestrutura e um conjunto de serviços capazes de salvaguardar as devidas condições de segurança dos seus utilizadores. Nesse sentido, qual o estado da empreitada Ciclovias de Coimbra, Coimbra B/Vale das Flores/Portela (PEDU) – cuja proposta de adjudicação foi aprovada em reunião do executivo de 29 de janeiro último? A obra subdividida em 4 lotes, já foi consignada? Para quando o arranque das obras? Sem uma rede ciclável contínua, confortável e segura, não há estratégia negocial que vingue em Coimbra. Reforçamos o que já referimos anteriormente, a cidade não estava e

continua a não estar devidamente preparada para receber as trotinetes, as quais, segundo o Código da Estrada, não podem circular nos passeios.

SMTUC

Está na ordem do dia a reivindicação das condições de trabalho e salariais dos motoristas de matérias perigosas e de mercadorias. Essa questão traz ao de cima, a flagrante injustiça que se mantêm, há anos a fio, para os motoristas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) que, por força do disposto na Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, se viram obrigados a transitar para a carreira geral de assistente operacional. Anteriormente era atribuída a categoria de Agente Único pelo reconhecimento do elevado desgaste e responsabilidade que comporta o transporte de passageiros, a cobrança de tarifas, o risco de condução em domínio urbano e a garantia da segurança dentro dos veículos. O novo enquadramento legislativo deixou de considerar todos estes fatores e sob o argumento de contenção orçamental, resultou numa clara redução salarial.

Apesar das múltiplas manifestações de descontentamento desencadeadas pelos trabalhadores dos SMTUC e a aceitação consensual e generalizada dessa injustiça pelos diferentes quadrantes políticos e da sociedade, a verdade é que nada mudou para estes profissionais! Ninguém aceita que um motorista, responsável pelo transporte de passageiros em segurança, cujo recrutamento exige uma série de requisitos sob expensas dos mesmos, entre outros, conhecimentos de mecânica, uma carta de condução específica, certificado de transportes de crianças e certificado de aptidão de motorista, sujeitas a renovações sistemáticas, possa auferir o ordenado mínimo nacional. Qual a motivação destes motoristas para prestarem um serviço público de qualidade? Qual a legitimidade da entidade patronal para lhes exigir mais e melhor em prol da cidade?

Mas é ainda mais incompreensível a consciencialização de que apenas os trabalhadores da Carris-Lisboa e dos STCP-Porto tiveram direito a um enquadramento próprio, embora justo! Não é aceitável esta diferenciação legislativa, nem a existência de desigualdade profissional e remuneratória entre pessoas que exercem as mesmas funções e responsabilidades.

Não basta “empurrar o problema com a barriga” remetendo-o para a esfera nacional aproveitando-se da inépcia governamental. É preciso agir e estudar de forma empenhada possíveis soluções para a sua resolução, ou em alternativa ou complementaridade estudar formas de compensar estes trabalhadores das perdas salariais efectivas.

Já aqui apresentámos hipóteses de solução, como passar a categoria de assistentes operacionais para assistentes técnicos, com as devidas consequências. A perpetuação da injustiça e discriminação negativa a que os motoristas dos SMTUC estão sujeitos é da total responsabilidade do Governo e do Partido Socialista.

Com efeito, uma hipótese de resolução passa pela simples aplicação do Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local - RJAEL (Lei 50/2012, de 31 de agosto), conforme a redação do n.º 2 do art. 8.º e n.º1 e 2 do art. 9.º. De facto, segundo esta Lei “os serviços municipalizados integram a estrutura organizacional do município”; “Os serviços municipalizados são geridos sob forma empresarial e visam satisfazer as necessidades coletivas da população do município” e “Os serviços municipalizados possuem organização autónoma no âmbito da administração municipal”.

Sr. Presidente, está disponível para esta solução, ou não? Sendo o Município conhecedor do RJAEL porque nunca o aplicou menosprezando os motoristas do serviço público de transportes coletivos em Coimbra e perpetuando o problema no tempo? Vai responder, ou, como quase sempre, vai refugiar-se no silêncio? Não diga que não é possível em Coimbra o que é possível no Porto e em Lisboa...

A resposta exige-se com urgência. É inconcebível continuar a prejudicar estes trabalhadores, pelo que se impõe a resolução imediata desta situação.